



Simerj cobra solução para a segurança e bilheteria

O Simerj esteve reunido com os gerentes de RH e do Jurídico da empresa para tratar das questões do “sumiço” das passagens nas bilheterias e da falta de condições de segurança e trabalho dos Agentes de Segurança na via ao longo da linha 2. Quanto ao “sumiço” das passagens, a posição foi a de cumprir os procedimentos, mas cobramos da empresa que ela crie as condições adequadas para que, de fato, eles possam ser cumpridos, caso contrário, o “justo” continuará pagando pelo “pecador”. Sinalizamos que o problema tem que ser resolvido o mais rápido possível para que **novas injustiças** não ocorram e cesse a **evasão de dinheiro nas bilheterias e as demissões**.

Já para agentes na via, não houve grandes avanços. A empresa admite que por falta de efetivo não consegue conceder o intervalo intrajornada, conforme prevê a lei, e a solução paliativa encontrada é de liberar um agente por vez de cada dupla, deixando o outro só na via, porém mais recuado perto da plataforma e monitorado. Quanto às condições de saúde e de trabalho, os gerentes afirmaram que solicitarão ao setor que seja fornecido todos os materiais de EPI's, além daqueles que se fizerem necessários para garantir a saúde e a integridade dos agentes.

O Simerj também colocou na reunião todo o seu “estranhamento” com a atitude do setor de seguran-

ça, que sempre se pautou pela humanização dos procedimentos e valorização dos empregados, mas que nesse episódio deixou a desejar, pois expôs de maneira extrema os Agentes de Segurança na via. Lamentavelmente, as lideranças não foram sensíveis às reivindicações do grupo, quanto aos procedimentos; aos EPI's; as escadas e a segurança na via.

Deixamos claro na reunião que é urgente e necessário ouvir o grupo, afinal, eles vêm demonstrando profissionalismo e comprometimento na execução de suas missões, portanto, não é favor, mas obrigação da gestão saber o que está faltando para a boa manutenção dos procedimentos.

Demora na instalação do forponto com impressão pode novamente prejudicar empregados da Metrô Rio

Conforme previsto na portaria nº 2.686/11 do Ministério do Trabalho e Emprego, as empresas que são alcançadas pela norma ficam obrigadas a instalar o registro de ponto com impressão.

No caso da Metrô Rio, o prazo era até o dia 2 de abril de 2012, mas os equipamentos ainda não foram ins-

talados em todos os pontos da empresa. A sensação que a Metrô Rio nos passa é de que não há pressa em cumprir a portaria do MTE.

Cabe lembrar que os empregados sempre reclamaram de falhas no registro do forponto, inclusive com prejuízo de perda da cesta, mas a empresa sempre afirmou que confi-

ava no sistema, mesmo diante das evidências de erro.

Esperamos que com a instalação do equipamento cesse o problema no registro de ponto, mas para isso acontecer é preciso empenho e o cumprimento da norma por parte da empresa.

Olha a fiscalização aí gente!

Trabalhadores contratados em 2011 precisam estar atentos

Os companheiros que iniciaram suas atividades laborais durante o ano de 2011 têm direito a receber os valores da PLR pro rata tempore,

ou seja, de modo proporcional aos meses efetivamente trabalhados durante o ano. Vejam este exemplo: um trabalhador que tem um salário

de R\$ 1.000,00 e iniciou suas atividades laborais no mês de abril de 2011, qual o valor que terá a receber?

Tabela IQS – Índice de Qualidade de Serviço		
Nº de meses trabalhado 09 (nove)	Valor IQS R\$ 500,00	Valor a receber IQS R\$ 375,00
Tabela atingimento das Metas corporativas		
Nº de meses trabalhados 09 (nove)	Salário R\$ 1.000,00	Meta atingida 90% Valor a receber R\$ 675,00
Valor total a receber		R\$ 1.050,00

Companheiro! Caso tenha alguma dúvida em relação aos valores recebidos, procure algum diretor do SINDICATO que serão prestadas às informações necessárias.

LINHA DIRETA



Publicação Oficial do SIMERJ - Gestão 2012/2014 - nº 06- Filiado à FENAMETRO

www.simerj.org.br - simerj@simerj.org.br - tel.: (21) 2532-0331 - fax: (21) 2262-7409

Metroviários do Brasil em greve Seminário da Fenametro encaminha Campanha Salarial Nacional Unificada

Nos dias 04, 05 e 06 de maio de 2012, foi realizado em Santa Izabel -São Paulo, Seminário da Direção da Federação Nacional dos Metroviários. Estiveram presentes representando o Rio de Janeiro os Companheiros (as) Ariston, Elias, Inéz, Joaz, Martha, Sebastião e Valéria. Entre as decisões do Seminário, a plenária encaminhou a Campanha Salarial Unificada onde a idéia é integrar os metroviários de todo Brasil na luta por melhores salários e condições de trabalho.

O encontro já começou a mostrar seus resultados positivos, Devido à intransigência nas negociações por parte do patronato, metro-

ferroviários de João Pessoa (PB), Maceió (AL) e Natal (RN) entraram em greve por tempo indeterminado, nesta terça-feira (15), um dia após a decretação de paralisação em Belo Horizonte (MG) e Recife (PE).

Durante a paralisação, todos os sistemas funcionarão com seu efetivo reduzido de segunda a sábado nos horários de pico.

Aqui no RJ, a empresa Rio Trilhos sequer indicou os nomes de sua Comissão de Negociação, no Metrô Rio aconteceu a primeira reunião no dia 17 /05, ficando agendado as próximas para os dias 22, 25, 30 e 31 do corrente, vale ressaltar a postura deplorável da empresa que iniciou mui-

to mal a negociação, uma vez que se posicionou de forma a inibir a atividade sindical da comissão dos empregados não liberando-os para curso que seria ministrado nas dependências do SIMERJ no dia 16/05 (ontem), uma atitude lamentável, mas não nos surpreende, haja vista, que a empresa é recorrente nos ataques as liberdade sindicais.

Gente! não teremos um acordo fácil, é preciso que a categoria chegue junto com o Sindicato. A negociação poderá se alongar e será vital a participação de toda categoria. Acesse a página do SIMERJ - www.simerj.org.br - e veja a pauta de reivindicações na íntegra -

Simerj se mobiliza para pagamento do tíquete 92

Com a liberação do respectivo alvará, ocorrido em 08/05/2012, o SIMERJ adotou as providências de abertura de conta específica para a movimentação dos recursos, solicitando ao banco a confecção de talonários para o atendimento aos beneficiários do processo. O banco nos pediu um prazo de 15 a 20 dias para a entrega dos menci-

onados talonários de cheques. Tão logo sejam recebidos os mesmos, estaremos divulgando o calendário de pagamento.

Segundo a sentença judicial estão habilitados todos os metroviários associados ao SIMERJ no período de 01/03/1991 a 30/05/1992, listados no processo. Além destes, poderão se habilitar os metroviários

que comprovarem através do contra cheque sua associação ao sindicato. Os dependentes dos metroviários associados, a época, também poderão se habilitar no SIMERJ com a apresentação dos seguintes documentos: **certidões de óbito; de casamento; de nascimento e do INSS; comprovante de residência; cópia da identidade e cópia do CPF.**

Conselho dos Aposentados

Dia 13/06/2012, às 10: 00 horas, na sede do Simerj



Processos coletivos Riotrilhos

Entre Níveis – 1993 – Em 11/04/2012 o Juiz não acolheu os embargos a execução da sucessora Concessão Metroviária do Rio de Janeiro. Notificação enviada para o DORJ em 12/04/2012. Aguardando publicação no DORJ.

13º Salário – 1996 - A Justiça nomeou perito para apurar o valor devido. O SIMERJ pessoalmente a secretaria de vara para tomar ciência da decisão judicial quanto a nomeação do perito, porém os altos não foram localizados pelo servidor da vara, tendo o advogado solicitado a Certidão para comprovar que os altos não foram localizados. Em seguida o sindicato peticionou nos altos do processo solicitando a devolução do prazo.

Dissídio coletivo – 1996 (4,44%) - Aguardando homologação dos cálculos.

Aguardando as partes serem notificadas pela justiça para que possam tomar ciência acerca dos valores atualizados.

Dissídio coletivo – 1998 (4,1%) - O recurso encaminhado pela Procuradoria Geral do Estado não foi acolhido pelo TRT – 1ª Região. A Riotrilhos entrou com embargos de declaração contra a decisão sendo os embargos rejeitados pelo Tribunal.

Dissídio coletivo – 1999 (3,88%) - Os cálculos estão sendo finalizados pelo contador contratado pelo SIMERJ e serão concluídos na próxima segunda-feira.

Dissídio coletivo – 2000 (9,85%) - O SIMERJ ingressou com pedido de penhora dos terrenos leiloados, visando garantir a execução dos valores apurados no processo.

Dissídio coletivo – 2001 (7,069%) - O serviço dos cálculos do processo se encontravam com a contadora contratada desde o ano passado, pendente de pagamento. No momento o SIMERJ retomou as tratativas junto a profissional contratada para a finalização dos trabalhos e o respectivo pagamento.

Dissídio coletivo – 2002 (9,16%) - Aguardando despacho do Juiz na petição ingressada pelo SIMERJ sobre o pedido de fichas financeiras para a confecção dos respectivos cálculos.

Dissídio coletivo – 2003 (32,9513%) - Os cálculos estão de posse do contador contratado pelo SIMERJ para a adequação a nova legislação do Imposto de Renda de Pessoa Física, conforme as Instruções Normativas RFB n°s 1129 e 1145.

Ministério Público: isso é uma vergonha!

Para variar, quem paga o pato são os funcionários

Em denúncia apresentada à Justiça Criminal para apuração das causas do descarrilamento do bondinho de Santa Teresa, em 27 de agosto de 2011, que causou seis vítimas fatais e mais de 40 feridos, o **Ministério Público responsabiliza cinco funcionários e o motorneiro Nelson**; Foram deixados de fora da denúncia os gestores, que tinham o poder e o dever de realizar os investimentos necessários para evitar acidentes.

Segundo a AMAST – Associação de Moradores e Amigos de Santa Teresa, a denúncia é equivocada, pois considera que

os funcionários deveriam ter retirado os bondes de circulação, ignorando que esta era uma decisão política que a cúpula da Central e da Secretaria de Transportes jamais tiveram a coragem de bancar. A acusação ainda afirma, injustamente, que os gestores Júlio Lopes (Sec. de Transportes), Sebastião Rodrigues (Presidente da CENTRAL) e Engenheiro Fábio Tepedino (Diretor de Operações) não sabiam que o sistema de bondes precisava de manutenção, porque os funcionários não os avisaram por escrito, como se desde 2003 não existisse inquérito promovido pela AMAST, e ação judicial em

2008, obrigando-os a recuperarem o sistema de bondes – o que é mais incrível: no próprio Ministério Público. Companheiros! que esse episódio sirva de lição, pois em nosso dia a dia estamos sujeitos a receber ordens que não estão respaldadas por normas operacionais. Portanto, se você receber ordens que possam comprometer a segurança do sistema e dos usuários, verifique se a mesma encontra-se registrada e documentada, já que **“para variar, quem paga o pato são os funcionários... Enquanto os manda chuvas saem ilesos, e sempre mais ricos...”**

PLR paralela na Metrô Rio

Gestores estariam recebendo valores diferentes do previsto em Acordo Coletivo

Não bastasse o modelo oficial de PLR, que é injusto e desigual para os empregados que dão seu sangue, suor e lágrimas., agora, chega ao Sindicato uma denúncia de que existe na empresa uma PLR paralela, onde os gestores receberiam

percentuais acima dos estabelecidos no Acordo Coletivo, conforme o seu grau hierárquico dentro da empresa, Caso confirmada a denúncia, ficará caracterizada uma fraude gravíssima. Solicitamos ao Presidente da Me-

trô Rio que apure com rigor a denúncia apresentada pelo Simerj. Esperamos uma apuração rígida e transparente, em respeito aos trabalhadores que dão diariamente seu sangue e suor para o bom funcionamento da empresa.



Sindicatos são os representantes legais dos trabalhadores

Patrão é amigo de patrão, empregado é amigo de empregado!

O art. 8º da Constituição Federal é muito claro “ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas” e mais “é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho”. É importante que neste cenário cada um tenha noção exata daquilo que representa. Há algum tempo que

as empresas buscam ocupar os espaços que essencialmente pertencem aos sindicatos, queremos deixar claro que a nossa luta é sempre pela garantia e ampliação dos direitos dos trabalhadores, mas para que isso aconteça é necessário muita luta, nenhum patrão concede qualquer benefício ao empregado porque é “bonzinho”, as conquistas acontecem na luta.

A nossa PLR é um exemplo, os valores provisionados garantem um valor razoável para cada trabalhador, mas os gestores que recebem os maiores salários são os grandes beneficiados.

Mas como toda regra tem exceção, confiamos na boa vontade e senso de justiça na nova direção do Metrô Rio, no sentido de buscar uma melhor distribuição destes valores.

Condutores continuam aguardando posição da Segurança do Trabalho

Vestiários estão fora das especificações

O sindicato já oficializou a empresa quanto as condições inadequadas dos vestiários destinados aos Condutores/ Pilotos nas estações General Osório e Pavuna, também neste caso é importante que cada um saiba exatamente qual o seu papel. Não

vamos nunca nos omitir quando nos chegarem denúncias e reclamações, mas é necessário que aqueles empregados eleitos para CIPA também cumpram o seu papel, afinal de contas, a estabilidade provisória prevista em lei visa a garantia do emprego para que

os cipeiros possam atuar com total independência no encaminhamento das questões de segurança e higiene nos ambientes de trabalho.

Estamos aguardando as providências tomadas pelo Setor de Segurança do Trabalho.

Aonde vamos parar? - Bom dia, máquina ATM!

Quando o Metrô Rio teve a ideia de colocar máquinas de ATM nas estações imaginava que as tais máquinas supririam as filas, hoje, podemos afirmar que foi pura ilusão. As filas continuam enormes. Na estação Central, por exemplo, após o fim da integração metrô-trem todas as bilheterias abriam, mas com o passar dos dias a gestão percebeu que nem todos os usuários optaram pelo bilhete único e que as filas não diminuíram, então para forçar os usuários a usar o bilhete único fecharam duas bilheterias e colocaram um(a) supervisor(a) fazendo papa fila, como se isso fosse resolver alguma coisa. O que estamos assistindo são funcionários fazendo jornada de trabalho de até 12 horas todos os dias com apenas quatro bilheterias abertas no máximo, mas que na verdade são apenas três, porque tem que ter um bilheteiro no almoço. Para piorar, as demissões continuam acontecendo mesmo com a falta de efetivo nas bilheterias. E não paramos

por aí temos muitas reclamações em relação ao comportamento da supervisão, a impressão que temos é de que “eles se esqueceram de onde vieram”. Seria bom que ao invés de entrarem na bilheteria no intuito de procurar erro ou de prejudicar o empregado, procurassem saber se os mesmos não precisam de ajuda (carregar cartão, fazer passagem, etc...). Os supervisores estão tão rigorosos quanto a questão de alimentação e outras situações parecidas que até parece que muitos deles nunca fizeram o mesmo. Como a empresa não consegue manter um procedimento padrão para todas as bilheterias termina fazendo vista grossa para umas e punindo outras pela mesma situação.

Seria de bom tom, que a empresa estivesse mais preocupada com as questões salariais e de condições de trabalho dos bilheteiros deixando de se apegar a banalidades se esquecendo de sua obrigação maior com o empregado.